

POBREZA MENSTRUAL



Pobreza ou precariedade menstrual é o termo usado para traduzir a falta de meios ou acessos para ter uma boa higiene no período menstrual e está associado estritamente à pobreza. Problemas como falta de saneamento básico e acesso a produtos de higiene, tais como pensos, tampões, copo menstrual ou cuecas menstruais, faz com que meninas e mulheres se vejam privadas do seu direito de ir e vir, assim como, participar na vida cívica e/ou escolar. Se para a maioria das mulheres, a discussão sobre o assunto tem recaído sobre qual o melhor método de higiene pessoal, tendo em conta, gastos, praticidade e sustentabilidade, ainda existe, uma fatia considerável da nossa sociedade, que para fazer face à falta de meios tem de escolher ficar trancada em casa durante o período menstrual, ou então usar meios chocantes, como usar miolo de pão como tampão para poder sair de casa.

Esta questão, é simultaneamente um assunto que toca na saúde da mulher, como na sua dignidade e inclusão. Garantir acesso a produtos de higiene para todas as mulheres e meninas, não pode ser uma medida menosprezada quando esta falta de acesso, restringe o direito mais básico – direito à proteção da saúde consagrado no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa – que qualquer ser humano que vive numa sociedade que se diz evoluída.

É lutar para que não se deixe meninas e mulheres aprisionadas à sua condição de mulher, como se de um castigo se tratasse. É fomentar a igualdade de oportunidades na escola, no trabalho, e no lazer. É proteger a saúde destas mulheres e meninas evitando infeções, por falta de saneamento e higiene apropriadas. É pensar no Pink Tax, que, segundo a sua definição é o aumento de preços dos produtos direcionados ao público feminino, como por exemplo uma bicicleta cor-de-rosa custar mais caro do que uma azul ou preta. É uma Gillette cor-de-rosa custar mais caro que uma Gillette cuja cor, se entende socialmente, como masculina. Em que é que o Pink Tax está relacionado com os produtos de higiene menstruais?

Vejamos, se acima mencionámos os casos extremos de pobreza que não permitem um acesso digno à higiene no período menstrual, podemos falar das restantes mulheres, que não sendo pobres, têm de gastar um valor avultado mensalmente para os seus produtos de higiene menstrual. Se perguntarem a qualquer mulher, esta vos dirá o quão caro costumam os seus tampões ou pensos higiénicos, sendo certo que, a oferta mais acessível a nível de preço, é muitas vezes, desconfortável pelos materiais utilizados e passíveis de criar irritações que podem levar a infeções ou a perdas de sangue ou odores desagradáveis.

No que diz respeito à sustentabilidade tanto financeira como ambiental, bem como viabilidade em termos de saúde já que, atualmente, sabemos que alguns produtos como tampões, poderão ser prejudiciais à saúde, temos vindo a assistir a uma maior oferta de produtos de higiene que não sejam descartáveis ao longo do tempo e, simultaneamente, melhores opções em termos da saúde da mulher. Contudo, e feitas as contas, esta pode não ser a opção mais barata, afinal não nos podemos esquecer que muitas mulheres não os poderão pagar, sendo responsabilidade do estado social oferecer condições para que todas possam aceder a uma vida digna, que permita a desejada igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Finalmente, este assunto tem sido alvo de debate, e hoje, já se reconhece a importância de medidas que mitiguem a falta de acesso a produtos de higiene menstrual, fazendo com que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovasse, em março de 2022, uma recomendação para a distribuição gratuita de produtos de higiene feminina reutilizáveis nas escolas públicas do concelho, para combater a pobreza menstrual e promover hábitos de consumo ambientalmente mais sustentáveis.

Além da distribuição gratuita de produtos de higiene feminina reutilizáveis, nomeadamente copos e pensos reutilizáveis nas escolas públicas do município de Lisboa, a recomendação estabeleceu a realização de campanhas de sensibilização, junto das escolas, realizadas por profissionais de saúde para a higiene menstrual, de forma a combater o estigma e a desinformação sobre o tema.

Felizmente, existem atualmente iniciativas como a da câmara municipal de Almada, focadas na erradicação da pobreza menstrual, cuja ação consistiu na distribuiu um kit gratuito de higiene a quase quarenta alunas, tendo como objetivo alargar a medida a 900 alunas, entre o 7º ao 12º ano de escolaridade. Esta é uma iniciativa que deve servir de exemplo e que deveria ser pensada para todas a escolas do país, assim como a destruição de kits, também pela população adulta (talvez centros de saúde?) Pensando num país, que infelizmente, mesmo as mulheres que trabalham, vivem muitas vezes em situação de pobreza.

Vale a pena mencionar o estudo da Spirituc-Investigação Aplicada, que apurou que mais que um quinto das jovens já teve de recorrer a lenços ou a um segundo par de cuecas, algodão, roupa velha ou meias por não poder comprar produtos menstruais evidenciando este estudo o retrato da realidade da pobreza menstrual em Portugal.

Desta forma, podemos concluir que, embora a pobreza menstrual tenha vindo a ganhar espaço de debate público, urge estarmos atentos a todas as condicionantes, frutos de uma sociedade patriarcal, garantindo a igualdade de oportunidades e dignidade de todas as meninas e mulheres.